

O PAPEL DO PROFESSOR NA ORIENTAÇÃO SEXUAL DE ADOLESCENTES NOS AMBIENTES ESCOLARES

Raíssa Franco Marra do Nascimento*

Douglas Pereira Castro**

RESUMO

A presente pesquisa visa elucidar a importância das abordagens utilizadas acerca da orientação sexual de adolescentes dentro de ambientes escolares, apontando a sexualidade como um dos direitos humanos universais. Já que o tema é de influência direta na formação global dos indivíduos, os ambientes escolares se tornam totalmente responsáveis quanto à orientação da sexualidade plena e segura para esses indivíduos, e igualmente responsáveis pela promoção da saúde, do autocuidado e do cuidado com o outro quanto à prevenção de fatores de risco, como doenças sexualmente transmissíveis ou problemas relacionados ao exercício precoce e sem devidas orientações da sexualidade.

Palavras-chave: Sexualidade. Adolescência. Escola. Professor.

ABSTRACT

This research aims to elucidate the importance of the approaches used regarding the sexual orientation of adolescents within school environments, pointing to sexuality as one of the universal human rights. Since the theme is of direct influence on the overall formation of individuals, school environments become fully responsible for the orientation of full and safe sexuality for these individuals, and equally responsible for the promotion of health, self-care and care for others. the prevention of risk factors such as sexually transmitted diseases or problems related to early exercise and without proper sexuality guidelines.

Keywords: Sexuality. Adolescence. School. Teacher.

1 INTRODUÇÃO

Segundo o conceito da Organização Mundial de Saúde (OMS,1986), a adolescência é delimitada pelo período de 10 aos 19 anos. No Brasil, o Estatuto da

* Graduada em Pedagogia pela Faculdade Cidade de Coromandel. rahfmarra@gmail.com

** Mestre em Promoção em Saúde pela Universidade de Franca (UNIFRAN). Docente no curso de Pedagogia da FCC. mscdouglascastro@hotmail.com

Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069, de 1990, considera criança a pessoa até 12 anos de idade incompletos e define a adolescência como a faixa etária de 12 a 18 anos de idade (artigo 2o), e, em casos excepcionais e quando disposto na lei, o estatuto é aplicável até os 21 anos de idade (artigos 121 e 142). O adolescente pode ter o voto opcional como eleitor e cidadão a partir dos 16 anos. O conceito de menor fica subentendido para os menores de 18 anos.

Essa fase aqui retratada fica então caracterizada pelas mudanças físicas, psicológicas, anatômicas, e sociais em que se passam os adolescentes. Segundo Evelyn Eisenstein 1999, “puberdade é o fenômeno biológico que se refere às mudanças morfológicas e fisiológicas (forma, tamanho e função) resultantes da reativação dos mecanismos neuro-hormonais do eixo hipotalâmico-hipofisário-adrenal-gonadal.”

Durante essa transição da infância para a adolescência, ao se ver diante de um novo corpo e um novo ser sendo descoberto, começam as preocupações e cuidados com a aparência física adotadas de acordo com o sexo de cada indivíduo. A puberdade se caracteriza então pelo início da maturação da mulher e do homem, de forma que possam então se concretizar em um organismo de sistema reprodutor devidamente apto, a fim de compactuar com a perpetuação da espécie humana, garantindo o equilíbrio biológico (DALEGRAVE, 2013).

Segundo Araújo (2014), a sexualidade é de sentido mais amplo, abrangendo o sexo e demais elementos associados a ele, assim como os fatores morais que cada cultura constrói frente ao comportamento sexual de seus integrantes.

A sexualidade na adolescência trata-se de uma questão de saúde pública o que torna necessário a abordagem do tema em todos os níveis de ensino, de fato é importante destacar o ato de falar, e principalmente, ter orientações sobre cuidados com o próprio corpo e que também refletem na questão do cuidado com o corpo do outro (CARNEIRO et al., 2015).

Segundo o Sistema Educacional Brasileiro (SEB) na abordagem acerca do tema Orientação Sexual, devemos compreender inicialmente que a sexualidade é algo inerente à vida e à saúde, e que nasce e se expressa desde o nascimento e durante o desenvolvimento ao longo da vida. “Engloba o papel social do homem e da mulher, o respeito por si e pelo outro, as discriminações e os estereótipos atribuídos e vivenciados em seus relacionamentos, o avanço da AIDS e da gravidez indesejada

na adolescência, entre outros, que são problemas atuais e preocupantes.” (BRASIL, 2000, p. 107).

Cavaleiro (2009) aponta que o corpo é considerado um dos vários elementos da sexualidade e, por isso, questões morfofisiológicas também devem ser pautadas ao se abordar assuntos referentes ao tema.

Apesar da discussão sobre educação sexual apresentar vestígios escolares desde a década de 1920, a abordagem sobre educação sexual na escola somente se iniciou de forma concreta na década de 1970, onde percebeu-se que era necessário e imprescindível para a formação global do indivíduo.

Ao adentrar os anos 1980, o aumento dos casos de HIV/AIDS, DST's e gravidez indesejada constatadas na adolescência, culminaram na percepção da sociedade que o assunto deveria ser tratado de maneira mais ampla no âmbito escolar. Nessa mesma época, através de estudos foi observado que os pais em sua grande maioria seriam a favor da escola tratar de assuntos relacionados a educação sexual, isso pois, se tratava de um assunto difícil e delicado de se desenvolver em casa. Um viés importante dessa relação foi que determinadas escolas se abstinham dessa mesma responsabilidade por acreditar ser um assunto que deveria ser tratado em casa, com a família (ROCHA et al., 2013).

Conforme Egypto (2003, p. 14): “Se a escola se omite, se não trabalha o assunto, está deixando que esta sexualidade continue a ser tratada só informalmente, pelo que acontece em casa, na rua, pelo que se recebe da mídia”, o que muitas vezes não é pautado em teorias, e sim em vivências que podem ser de cunho positivo ou negativo, influenciando na vida destes jovens de maneira igualmente positiva ou negativa.

O meio escolar passa a ser visto então como um local de intervenção com foro privilegiado, de forma a causar um maior impacto diante da população sobre a sexualidade de crianças e adolescentes. À medida em que a sexualidade, ou, educação sexual se faz um assunto de questão pública, por tratar da saúde individual e coletiva, a escola se torna um meio de se trabalhar uma mazela social (ALTMANN, 2001).

Discutir sexualidade na escola torna-se fundamental para que os educandos se sintam mais seguros e confiantes em suas vivências a partir do confronto de ideias e troca de experiências (SILVA, 2002).

O sistema escolar tem como missão a formação integral de seus alunos, e por isso nenhum tema que envolva a vida de seus discentes pode ser descartado. A partir daí então, tem o por que é necessário se trabalhar sobre sexualidade dentro do contexto escolar. Além de tudo, trata-se de uma questão que envolve a saúde (BRANDÃO, 1982).

Contudo, no que se refere à sexualidade, a grande maioria das atividades pedagógicas desenvolvidas segue um enfoque tradicional, fundamentado num referencial médico que privilegia somente a promoção da saúde sexual, a prevenção de gravidez e doenças sexualmente transmissíveis. Ou seja, as abordagens utilizadas limitam-se a conscientização, sem problematizar quanto as suas diferentes culturas, o amor e ao prazer sexual (MEYER; KLEIN; ANDRADE, 2009).

Os estudantes necessitam de esclarecimentos e acompanhamento integral sobre todos os âmbitos de sua vida, e apesar de ser considerado um tema muitas vezes delicado de se lidar, é impossível não trabalhá-lo ou descartá-lo, ainda mais perante a realidade em que se vive ultimamente.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS) garantem o ensino da sexualidade dentro dos temas transversais, por estar presente em todos os conteúdos curriculares. Com isso vem à tona a discussão sobre a qualidade da formação desse profissional que irá agir como orientador sexual. O professor para trabalhar com a orientação sexual, não necessariamente deve ser um especialista em Educação Sexual, mas deve ser uma pessoa informada, consciente, e que consiga trabalhar com o contexto da sexualidade de uma forma pedagógica, dentro dos âmbitos escolares. Dessa forma, torna-se viável os diálogos e reflexões necessárias para um trabalho eficaz de promoção de saúde dentro do meio escolar.

2 SEXUALIDADE NA ADOLESCENCIA

A adolescência é uma época de grandes transformações físicas, emocionais, biológicas, mudanças estas que repercutem não só no indivíduo que as sofre, mas também em sua família e comunidade. A palavra adolescência vem do latim *adolescere*, que significa crescer (GURGEL et al., 2008).

As mudanças biológicas da puberdade são facilmente visíveis e universais para todos os indivíduos que se encontram nessa fase, onde observamos a evolução das

crianças que passam pelo processo adquirindo altura, forma e sexualidade de adultos. A adolescência é vinculada à idade, portanto, referindo-se à biologia – ao estado e à capacidade do corpo (SANTOS, 2005).

Comumente os termos sexo e sexualidade surgem como sinônimos, como se tratassem do mesmo assunto, distorcendo-se de seus reais significados. A OMS (2002) publicou algumas definições operacionais em relação à sexualidade, onde a sexualidade é entendida como “um aspecto central do ser humano do começo ao fim da vida e circunda sexo, identidade de gênero e papel, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução” (p. 27).

Neste mesmo documento, a OMS (Krug et al., 2002) destacam ainda que apesar de “sexo” ser atribuído ao ato ou atividade sexual, ele na verdade se refere à questões biológicas em que definem humanos como mulheres ou homens.

Louro (2013) define a sexualidade como algo inerente ao ser humano, dado pela natureza, seguindo a premissa de que todos vivem o corpo de forma universalmente igual. Mas, ao analisar minuciosamente, é fato que essa vivência da sexualidade é configurada conforme os contextos históricos, políticos, sociais e demais crenças e tabus que fazem parte da individualidade de cada sujeito, o que aponta uma pluralidade de possibilidades.

A partir desse prisma percebe-se a grande importância da sexualidade no desenvolvimento e na vida psíquica das pessoas, desde a infância, independentemente de suas capacidades reprodutivas, pois a sexualidade vai além, ela é ampla e está presente em diversas áreas experienciais da existência humana (COSTA; OLIVEIRA, 2011).

Lorencine Júnior (1997) aponta que a sexualidade é construída pelo sujeito de acordo com suas vivências sociais, crenças, e permanece sendo parte integrante do desenvolvimento da personalidade destes, tendo significativo poder de interferência no processo de aprendizagem, e na saúde física e mental do indivíduo.

A OMS (1992) aponta que a sexualidade é como uma carga energética que nos estimula a buscar o amor, a ternura, a construir a intimidade, está no modo como nos sentimos, as atitudes que tomamos, a forma e porque tocamos e somos tocados, é ser e sentir-se sensual, e ao mesmo tempo sexual. Ela tem influência direta nos nossos pensamentos, sentimentos, ações e interações e tem ligação total com a saúde física e mental.

Hercowitz (2002) considera importante o desenvolvimento da sexualidade para o crescimento do indivíduo em direção a sua identidade adulta, inserção na estrutura social e determinação de sua autoestima e relações afetivas. Contudo, as mudanças no comportamento dos adolescentes em relação à sexualidade exigem atenção cuidadosa por parte dos pais e profissionais, devido às repercussões que incluem as vulnerabilidades relacionadas à saúde reprodutiva.

De acordo com Egypto et al. (1991), a família vai influenciar de forma determinante na sexualidade dos filhos, por que a sociedade ainda demarca os papéis sexuais de forma rígida e estereotipada. “O tabu que pesa sobre a iniciativa sexual das mulheres, por exemplo, tem muito a ver com o papel de subordinação que a sociedade estabelece para o sexo feminino.” (EGYPTO, 1991, p. 50).

Segundo Rappaport (1995), por muitas razões (falta de comunicações, cobrança dos grupos, mensagens transmitidas e incentivadas pelos meios de comunicação de massa, falta de diálogo com os pais, solidão, etc.), é frequente o início de uma vida sexual precoce. E com essa crescente constante iniciação precoce, surgem as preocupações relacionadas à saúde desses jovens que muitas das vezes não possuem quaisquer esclarecimentos sobre métodos contraceptivos ou formas de prevenção de saúde, pois essa orientação sexual muitas vezes chega de forma tardia ou até são adquiridas através de experiências ruins acarretadas por falta de esclarecimento.

Apesar de nos dias atuais os meios de comunicação serem bombardeados com informações de campanhas contraceptivas e preventivas, infelizmente o efeito surgido tem sido contrário. O que se tem notado é a banalização da sexualidade e cada vez mais sua separação do afeto e responsabilidade afetiva.

A sexualidade é considerada um dos aspectos mais importantes na adolescência, já que é justamente quando a identidade sexual do indivíduo está se formando por completa. Portanto, é durante ela que se deve trabalhar fortemente com a conscientização desses jovens para que tenham acesso a todo tipo de esclarecimento e informação, evitando muitos problemas que possam surgir por falta de conhecimento (ALTMANN, 2013).

Diante disto, tal etapa pode ser considerada como o momento inaugural da personalidade que definirá o sujeito para o resto de sua vida. A identidade do sujeito estaria, então, atrelada à necessidade de uma chegada a um determinado alvo, onde

atingiria o nível de racionalidade madura, ou, fase adulta. É a razão apresentada que cria a necessidade dessa identidade do sujeito individual e do seu desenvolvimento pleno (COIMBRA; BOCCO; NASCIMENTO, 2005).

É durante essa fase que se deve trabalhar com a quebra desses tabus acerca da sexualidade. É de extrema importância que o assunto seja trabalhado na família e na escola de forma natural ao ser humano, assim como ele de fato é. Desconstruir crenças limitantes que impregnam desde muito cedo aos jovens do não direito ao prazer, mas ao direito ao prazer com saúde e responsabilidade. No Brasil, onde a orientação sexual é incipiente, imensos são os tabus com relação à sexualidade (CHAUI, 1987).

As alterações físicas correlacionadas a mudanças psicológicas pelas quais o adolescente passa são necessárias para que a transição do deixar de ser criança aconteça, com isso o adolescente começa a se ver de forma diferente perante si e a sociedade. Isso acontece afetando diretamente sua relação consigo mesmo, com seu corpo, com sua mente, e conseqüentemente afeta as relações interpessoais com a família, amigos, com esse processo ele se torna capaz de se incluir ao mundo de uma nova forma, com uma nova identidade (SCHOEN-FERREIRA, 2010).

Coutinho (2005) afirma que “[...] só é válido falar em adolescência se nos referimos a um contexto sociocultural individualista, onde a cada indivíduo é delegada a responsabilidade de administrar seu próprio destino, encontrando seu lugar no social da maneira que lhe for preferível ou possível.” (p. 18).

A caminhada é longa diante do direito desses jovens à orientação sexual, mas essa é uma luta que deve ser iniciada dentro do seio familiar, onde as crianças constroem suas primeiras relações interpessoais e com seu corpo. É através da conscientização da família para quanto à importância desse tema ser tratado de forma natural desde cedo, possibilitando jovens empoderados e detentores do conhecimento de como cuidar e respeitar seu próprio corpo (BRÊTAS et al., 2011).

Almeida, Magalhães e Féres-Carneiro (2014, p. 456) fazem a seguinte observação quanto à família e a sua capacidade quanto à transmissão de conteúdos aos seus membros:

A família constitui-se como um meio privilegiado de transmissão. Seja da transmissão da própria vida, seja de um nome, do sobrenome, do patrimônio, da educação, da cultura ou de uma profissão. O processo de transmissão na família é fundamental para a construção de si, isto é, para a formação da

identidade do indivíduo. As gerações da família transmitem conteúdos que visam assegurar a sobrevivência do grupo familiar através do tempo.

A união família e escola é imprescindível nesse momento crucial da formação social desse jovem, onde ele está construindo sua identidade perante o mundo e perante si mesmo que irá perdurar por toda uma vida. O seio familiar e o ambiente escolar devem ser locais de esclarecimentos e acesso total à informação quanto à desconstrução de tabus e crenças e construção de jovens informados e detentores de conhecimento (SOUSA et al., 2019).

Araújo (2014) elenca que a discussão sobre a sexualidade é muitas vezes considerada um trabalho difícil, pois é um campo do saber e de pesquisa socialmente polêmico. Mas, nem por isso, deve ser evitado ou continuar sendo tratado como tabu. A construção da sexualidade na adolescência se caracteriza pelo compartilhamento de experiências por aqueles de seu convívio social, é imprescindível que haja cada vez mais trabalhos que abordem a sexualidade de forma devida com sua verdadeira significância, já que ela é primordial na construção da identidade desses jovens.

3 EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA

Apesar da discussão sobre educação sexual apresentar vestígios em registros escolares desde a década de 20, a sua abordagem caracterizava-se por ser higienista e eugenista, apenas com intuito de combater doenças venéreas e orientar para que tivessem atitudes saudáveis para com o corpo (RUSSO; ARREGUY; 2015).

Cavalcanti (1993) pondera o acesso à educação sexual como um conhecimento acerca da sexualidade que permite às pessoas transformarem seus comportamentos e dos indivíduos no seu meio. Com o acesso à informações seguras, dotadas de significância diante da sua realidade, pode vir a modificar suas vidas e ressignificar propósitos. Ao diferenciar os aspectos da educação sexual, destaca-se a relevância da educação informal como aquela promovida pela igreja e grupos sociais.

Diante disto, Guimarães (1995) relata que na década de 1960 a educação era integralmente regida pela igreja católica, o que resultou em uma educação que reprimia a Educação Sexual, opressão essa que perdurou por longos anos afetando historicamente e culturalmente a sociedade até os tempos atuais.

A instituição da Educação Sexual na escola somente iniciou-se de forma efetiva nas décadas de 1970, nos anos 1980, onde após diversas mudanças nos âmbitos políticos e sociais, os agentes políticos e a sociedade em geral concluíram acerca da importância da mesma para uma formação global e integral das pessoas, a partir de então, iniciaram-se estudos sistematizados sobre a referida temática.

Pelas palavras de Louro (2008), a partir da segunda metade dos anos 80 no Brasil, houve um crescente aumento de discussões sobre a sexualidade, e também a homossexualidade nas instâncias sociais, inclusive nos ambientes escolares. Inicialmente a preocupação era preconizar o trabalho de prevenção à AIDS, tanto que o MEC ao ver a necessidade iniciou um trabalho de estímulo quanto a projetos acerca da sexualidade, tornando o tema parte dos temas transversais, edificado em seus PCNs.

Inicialmente o assunto era abordado não pelo referencial biológico, mas por questões relacionadas ao surgimento de problemas como gravidez indesejada na adolescência, o uso de drogas por indivíduos pertencentes a uma faixa etária consideravelmente mais baixa, e o surgimento da AIDS, que provocou um alarmismo em decorrência da constatação de inúmeros casos entre os jovens da época. A AIDS inicialmente foi relacionada à homossexualidade, por questões de preconceito e por existirem mais casos confirmados entre os jovens homens e homossexuais (REZENDE et al., 2013).

Conceição (1988) dispõe que independente de gênero, a educação sexual sempre foi pautada em uma cultura repressora e opressora pela sociedade. As regras sociais válidas só permitiam o exercício da sexualidade desde que fosse diante do matrimônio, e mesmo assim era algo estritamente limitado à reprodução. Diante disto, o assunto não era abordado de forma alguma como questão de saúde ou de necessidades biológicas relacionadas ao prazer do indivíduo.

Segundo o que diz os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), percebe-se que:

(...) Não é apenas em portas de banheiros, muros e paredes que se inscreve a sexualidade no espaço escolar; ela “invade” a escola por meio das atitudes dos alunos em sala de aula e da convivência social entre eles. Por vezes a escola realiza o pedido, impossível de ser atendido, de que os alunos deixem sua sexualidade fora dela. (BRASIL, 1997, p. 78).

O principal desafio enfrentado tanto pelas instituições escolares quanto pelos educadores no tocante ao ensino e abordagem da educação sexual consiste na ampliação do acesso à informação objetivando um trabalho de desconstrução de crenças, tabus e preconceitos que criam barreiras acerca da visão de sexualidade e afetividade (BORGES, 2009).

A realidade é uma enorme variedade de informações advindas de diversos meios muitas das vezes informações falsas que chegam à jovens com um conhecimento limitado acerca de tais assuntos.

Sexualidade como uma descrição geral para a série de crenças, comportamentos, relações e identidades socialmente construídas e historicamente modeladas que se relacionam com o que Michel Foucault denominou “o corpo e seus prazeres”. (WEEKS, 2010, p. 43).

Para que seja um trabalho eficaz, é necessário que se inicie a partir do rompimento da barreira existente entre professor e aluno. O trabalho deve ser pautado na ênfase de uma relação de cunho democrático entre os grupos, para que seja criada uma relação de confiança mútua, gerando maior incidência de resultados positivos e aprendizado mútuo no ambiente escolar (LEITE, 2009).

A autora anteriormente citada considera que a temática da sexualidade não faz parte dos programas educacionais e assistenciais voltados às crianças e adolescentes e, que quando o tema aparece, é somente numa perspectiva negativa, sendo abordada por estar vinculada à possíveis problemas sociais como gravidez indesejada, às doenças sexualmente transmissíveis/AIDS e à violência. A mesma autora acrescenta que “[...] a sexualidade é abordada quase sempre na perspectiva de risco e não na do direito.” (LEITE, 2009, p. 15).

Vale ressaltar a relevância do currículo nessa jornada de desconstruções dos preconceitos e estereótipos, percebendo as diversidades presentes no meio escolar e trabalhando o respeito e o entendimento presentes nas variadas formas de existir perante o mundo.

Os PCNs consideram que “[...] devido ao tempo de permanência dos jovens nas escolas e às oportunidades de trocas, convívio social e relacionamentos amorosos, a escola não pode se omitir diante da relevância dessas questões, constituindo local privilegiado.” (BRASIL, 2000, p. 114).

O cenário escolar por vezes mostra uma metodologia que não trata a educação sexual como prioridade ou sequer a vê como parte integrada na formação de seu aluno, sendo esta marginalizada, ou abordando apenas e estritamente as questões biológicas que as ciências humanas trazem dentro do currículo. Em outro viés, observa-se uma falsa abordagem da sexualidade, onde os tópicos são apenas voltados para as Infecções Sexualmente Transmissíveis “ISTs”, gravidez na adolescência e suas possíveis consequências, e questões acerca da atividade sexual (FIRMINO, PORCHAT, 2015).

Estudos permitem afirmar que é notável a dificuldade no entendimento acerca de que a sexualidade é algo construído socialmente, culturalmente, e explicam que isso se deve ao fato de que, geralmente, a sexualidade é associada à natureza ou à biologia (LOURO, 2011).

Segundo a colocação supracitada ressaltando a importância do contexto familiar no ensino da educação sexual, observa-se que mesmo munidos de toda tecnologia de mídias, redes sociais, e amplo acesso à variadas informações acerca da temática, muitas famílias tratam o tema como um tabu, evitando a abordagem do assunto no cotidiano familiar. Por isso, frequentemente o processo de desconstrução destes tabus deve ser iniciados com um trabalho com os familiares destes alunos, oportunizando momentos para esclarecimentos e orientações (ALMEIDA, 2009).

A sexualidade forma parte integral da personalidade de cada um. É uma necessidade básica que não pode ser separada de outros aspectos da vida. Sexualidade é a energia que motiva a busca pelo amor, sua construção, o contato e a intimidade. É expressa na forma de sentir, na forma que as pessoas escolhem tocarem e serem tocadas. A sexualidade influencia tanto a saúde física como a mental, e se a saúde é um direito humano fundamental, a saúde sexual também deveria ser tratada como mais um dos direitos humanos básicos (EGYPTO, 2003).

Segundo o autor anteriormente citado, temas que abordem a sexualidade e a afetividade, como: gênero, orientação e escolha sexual não são desenvolvidos no cotidiano escolar. Tais negligências favorecem a manutenção dos tabus e crenças errôneas. Nesse contexto os educadores perdem a oportunidade de trabalhar de maneira concreta e contextualizada as práticas da educação sexual.

A falta de abordagem concisas nas escolas sobre a educação sexual promove o fortalecimento de diversos preconceitos sociais, advindos de gerações que, da

mesma forma, foram mal esclarecidas e muitas vezes proibidas de se expressarem ou de expor suas opiniões e escolhas.

As noções de educação sexual precisam estar presentes na escola como um todo, ou seja, no ambiente escolar de forma mais ampla, incluindo todos os funcionários. Esse é o time que toma decisões sobre como manejar a educação escolar. E esse time precisa ter noções sobre educação sexual da criança e do jovem para que a mesma se dê de forma coerente e a contento. (MULLER, 2013, p. 35).

Essas conversas diariamente evitadas são momentos oportunos que devem ser utilizados como instrumento de transmissão e construção de novos conhecimentos, para através da apropriação do conhecimento permitir a extinção de visões e ideias preconceituosas. Tais discussões são evitadas tanto pela falta de preparo na formação profissional, quanto relacionado a compreensões pessoais e de próprias crenças e tabus de professores, gestores e demais comunidade escolar. Receio em adentrar um assunto muitas vezes visto como polêmico e complexo (RUFINO, 2013).

Os aspectos biológicos da sexualidade e a cultura são inter-relacionados e interdependentes. Desse modo, a sexualidade não pode ser trabalhada como uma característica exclusivamente biológica, ou ser tendenciosamente descrita como pertencente apenas à cultura social. Deve sim ser vista como fruto de uma interação entre a biologia e a cultura na qual tanto os processos culturais como os biológicos se encaixam (LORENCINE JÚNIOR, 1997, p. 91).

O potencial dinamizador da Educação Sexual poderá ser explorado em toda a sua extensão, se for aliado a um trabalho de instrumentalização do educando, para que seja um sujeito ativo em todo o processo de aprendizagem. Uma das melhores e mais completas formas de se chegar a isso é através da formação do leitor. À medida que o professor desenvolve no aluno o gosto pela leitura e o ajuda a encarar os livros como fontes de informação, onde ele pode buscar, além do conhecimento e entretenimento, respostas para muitas dúvidas, o estará instrumentalizando para que possa continuar se auto-educando e se atualizando constantemente, ao longo de sua vida. (FIGUEIRÓ, 2001, p. 161).

É muito importante que o aluno se sinta como sujeito ativo na abordagem de assuntos dessa magnitude, então é papel do professor buscar uma abordagem que acolha e permita total expressão de seus alunos. Ao utilizar desse tipo de abordagem o educador, orientador, professor permite que seu aluno expresse suas ideias e tenha

segurança para fazer questionamentos sobre quaisquer dúvidas, que ao contrário do que muitos deles pensam, são importantes sim, e uma única dúvida exposta poderá levar ao esclarecimento de vários alunos que tem a mesma dúvida e não se sentem seguros em se manifestar (RODRIGUES, FONTES; 2016).

Ronca e Escobar (1984) defendem o uso de aulas expositivo-dialogada para a abordagem de temas na educação sexual, onde o aluno se torna participante ativo no processo pela busca da explicação do conteúdo, sendo livre para fazer questionamentos, ou expor vivências e opiniões, e total liberdade em expressar seus sentimentos sobre qualquer seja o assunto. Esse tipo de trabalho enriquece a aula, deixa o professor e os alunos mais inclinados a trabalhar de forma espontânea sem comprometer a seriedade do assunto.

A educação sexual na escola deve ter como objetivo a libertação de seus alunos para que possam viver e exercer sua sexualidade de forma prazerosa, livre, leve e mais afetiva. À medida em que se trabalha o respeito por si e pelo outro como exercício da cidadania, o tema torna-se completamente vinculado à questões de direitos básicos, como saúde, o acesso à informação, a construção do conhecimento pautado em teorias mas principalmente em respeito, para que ocorra a formação de cidadãos auto responsáveis e conscientes de seus direitos e deveres (FURLANI, 2009).

4 O PAPEL DO PROFESSOR NO ENSINO DA SEXUALIDADE

O professor tem papel fundamental na formação integral de seus alunos, e por isso nenhum tema que se encaixe na transversalidade deve ficar de fora desse ensino para uma formação social completa (HOLANDA; 2010).

Maistro (2009) elucida que o trabalho sobre sexualidade na escola:

[...] tem sido exercida, em particular, sob dois pontos de vista: uma visão higienista, que reduz o corpo aos conceitos de assepsia, controle e prevenção, e uma visão biológica, onde a ênfase é para noções de biologia, anatomia humana, comparação entre reprodução animal e o fenômeno humano de nascer, reduzindo à questão da sexualidade à reprodução, puberdade e amadurecimento sexual; incumbindo essa função ao professor de Ciências ou delegando-a ao campo da Biologia. (p. 51).

Figueiró (2001) corrobora com a ideia de Maistro (2009) e destaca que a sexualidade “[...] não pode ser restringida à sua dimensão biológica, nem à noção de

genitalidade, ou de instinto, ou mesmo de libido. Também não pode ser percebida como uma 'parte' do corpo." (FIGUEIRÓ, 2001, p. 39).

Loyola (1998, p. 46) diz que:

[...] os antropólogos chamaram a atenção para o fato de que a sexualidade constitui o pilar sobre o qual se assenta a própria sociedade e que, portanto, está sujeita a normas; normas que podem variar de uma sociedade para outra, mas que constituem um fato universalmente observável, sendo o tabu do incesto a mais básica e fundamental de todas. Assim, a sexualidade deriva do que é proibido e permitido, de modo com que, pelo viés da reprodução biológica da espécie, ela participa da criação da ordem social.

O sistema escolar tem como missão o compromisso com a formação integral e social de seus alunos, e diante disso, nenhum tema que envolva a vida de seus discentes pode ser negligenciado. A partir deste ponto então, tem-se o porquê é necessário se trabalhar sobre sexualidade dentro do contexto escolar. Além de tudo, trata-se de uma questão que envolve a saúde, cuidados básicos e necessários para todo ser humano.

A postura do educador quanto à forma de abordagem do tema deve ser cuidadosa e pautada sempre no respeito pela dignidade humana, buscando a equidade, garantindo o respeito às opiniões dos alunos e a participação de todos. Ademais, cabe ao professor problematizar e trazer temas como tabus, preconceitos e crenças de forma neutra sem permitir que suas crenças e opiniões acerca do assunto sejam tendenciosas (FIGUEIRÓ, 2009).

Figueiró (2007) reforça essa ideia ao afirmar que as instituições escolares são responsáveis pela formação integral de seus estudantes e que "[...] isto inclui não apenas a formação intelectual, mas também, sua formação moral e afetiva." (p. 27).

Werebe (1981) aponta que existem duas formas de ensino para a sexualidade, sendo estes: A Educação Sexual formal, que é tudo aquilo que é abordado dentro dos temas estipulados previamente em planejamento, sendo este seguido à risca. E a Educação Sexual informal, que nada mais é que a utilização estratégica de fatos, perguntas, ou situações cotidianas que fazem parte do dia a dia dos alunos, para adentrar o assunto e realizar de forma espontânea esclarecimentos e discussões. Priorizando esse tipo de atitude, o educador permite que o tema sexualidade seja tratado de forma leve e com normalidade como qualquer outro assunto que seja de pertinência para a vida destes indivíduos.

Campos (2013) aborda a sexualidade como uma dimensão importante da vida humana que inclui o sexo, gênero, identidade, papéis e orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade, reprodução e afetividade. Para os adolescentes, essa é a fase onde ocorrem muitas experimentações e descobertas, que segundo Pontes (2011) serão diretamente influenciadas pelas relações de poder, questões de gênero, valores, culturas, comportamentos, contextos políticos, econômicos e espirituais, questões de raça/ cor e modelos de sociedade.

Os estudantes necessitam de esclarecimentos e acompanhamento integral sobre todos os âmbitos de sua vida, e apesar de ser considerado um tema muitas vezes delicado de se lidar, é impossível não o trabalhar ou dissociá-lo na contemporaneidade. Nos dias atuais é cada vez mais notada a sexualidade precoce, gravidez na adolescência, e apelos erotizados que atingem as crianças e adolescentes em idade escolar (VIEIRA, 2016).

De acordo com o Ministério da Saúde (BRASIL, 2009), o ambiente escolar se distingue das demais instituições de educação informal, pois educa por meio da construção coletiva de conhecimentos que resultam do confronto de diferentes saberes, de diferentes vivências. Para Krabbe et al. (2015), quanto mais informações forem repassadas dentro da comunidade escolar, melhores serão os índices de redução de possíveis problemas relacionados à ISTs.

Os PCNS (BRASIL, 1997) garantem o ensino da sexualidade dentro dos temas transversais, por estar presente e ter flexibilidade para ser trabalhado em todos os conteúdos curriculares. Com isso, vem à tona a discussão sobre a qualidade de formação desse professor que irá agir como orientador sexual, e a preocupação que se deve ter perante a necessidade deste profissional ter um domínio sobre o assunto. Torna-se necessário então, desde sua formação, capacitá-lo para que seja um profissional consciente e que seu trabalho como orientador seja eficaz e esclarecedor.

Seguindo a linha, Loyola (1998, p. 46) apresenta que

[...] os antropólogos chamaram a atenção para o fato de que a sexualidade constitui o pilar sobre o qual se assenta a própria sociedade e que, portanto, está sujeita a normas; normas que podem variar de uma sociedade para outra, mas que constituem um fato universalmente observável, sendo o tabu do incesto a mais básica e fundamental de todas. Assim, a sexualidade deriva do que é proibido e permitido, de modo com que, pelo viés da reprodução biológica da espécie, ela participa da criação da ordem social.

Sabendo que a sexualidade faz parte do contexto escolar, onde alunos desde crianças são ensinados sobre como devem se portar, se vestir, se expressar sempre levando em conta seu gênero, atitudes tomadas conforme as regras da sociedade impõe, cabe ao professor utilizar essa problemática à favor do desenvolvimento integral de seus alunos, para que possam ser pessoas seguras e confiantes para viver a sua sexualidade, desta forma é importante que a escola viva o tema sexualidade e não fique restrita a repassar somente conhecimentos científicos aos seus alunos (ROHDEN, 2013).

É importante salientar que apesar de ser o início de um caminho árduo, é imprescindível que: “[...] novas políticas educativas voltadas para a sexualidade sejam propostas e debatidas, pois é desse modo que a educação sexual, na escola, terá a atividade valorizada e o seu espaço reconhecido.” (MAISTRO, 2009, p. 56).

Furlani (2007) aponta que o entendimento acerca da sexualidade é um “[...] entendimento temporal, circunstancial e contingencial”. As mudanças sociais, políticas e culturais que ocorrem frequentemente na sociedade com o passar dos anos influenciam diretamente na forma que se portam as pessoas, afetando diretamente a forma com que lidam com assuntos acerca da a sexualidade.

Figueiró (2001, p. 47) acentua:

Eu penso assim: se os professores levarem a sério os novos Parâmetros, com certeza, têm como trabalhar todas as propostas dos temas transversais, além do conteúdo da própria disciplina. Porque “casa”. Não precisa nem você buscar muita coisa! A própria disciplina traz o tema pra sala.

O educador para trabalhar com a orientação sexual, não necessariamente deve ser um especialista em Educação Sexual, mas deve ser um profissional informado, consciente, e que consiga trabalhar com o contexto da sexualidade de uma forma pedagógica, dentro dos âmbitos escolares. Dessa forma, torna-se fácil criar diálogos e reflexões necessárias para um trabalho eficaz de promoção de saúde dentro do meio escolar (LIRA, 2009).

Para Gubert et al. (2009), o ambiente escolar é um foro privilegiado e primordial para o desenvolvimento de conhecimento e habilidades junto a comunidade escolar, pautando suas atividades para a garantia de mudanças de comportamento de forma que transpasse os muros da escola.

Segundo Braga (2009, p. 133):

[...] além da própria experiência pessoal, os (as) educadores (as) precisam de uma mudança de atitude, quererem aprender, abrirem-se ao desafio [...]. Necessitam participar de cursos, debates, grupos de estudos entre outras atividades de capacitação, possibilitando assim uma troca de experiências entre o grupo profissional.

Ao abordar o tema sexualidade, inevitavelmente os educadores são arremetidos às suas próprias concepções e crenças advindas de suas vivências. E pode-se afirmar que na maioria das situações vivenciadas no ambiente escolar, o educador reproduzirá suas experiências pessoais de acordo com seus princípios sejam familiares, religiosos ou outros (FODRA, 2016).

É imprescindível que todo o profissional educador que virá a lidar com a educação sexual tenha o seu trabalho pautado em uma formação inicial e contínua acerca da temática utilizando de embasamentos teóricos em seu trabalho docente, acompanhando as necessidades sociais, históricas e culturais que estão em constante evolução de seu público alvo, seus alunos.

Camargo e Ribeiro (1999) elencam que os currículos das instituições com cursos de formação para professores deveriam proporcionar mais trabalhos com intuito de trabalhar temas sobre a sexualidade humana, despertando a busca pelo entendimento do corpo e suas emoções. A educação sexual não deve ser diminuída ao conhecimento acerca de estruturas genitálias, centralizando a sexualidade humana, o prazer na genitalidade e anestesiando todo o resto do corpo.

Dentre a maioria dos educadores observa-se que a concepção acerca da educação sexual se limita às questões biológicas, enfatizando apenas aquelas enfoquem a higienização e prevenção de saúde, criando uma falsa ilusão de sinônimos entre sexualidade e sexo. Com isso passa a ser um ensino apenas com intuito de informar quanto a doenças sexualmente transmissíveis, funcionamento do sistema reprodutor, métodos contraceptivos e outros.

Dessa forma segundo os PCNs, é fundamental que haja a valorização e o incentivo ao autoconhecimento, de forma de valorizem o modo de ver e viver a vida e suas relações com os outros. O conhecimento do seu corpo quanto às suas potencialidades e dificuldades de diversas ordens (BRASIL, 2010).

As abordagens utilizadas limitam-se à conscientização e prevenção de doenças venéreas, Furlani (2009) traz que a sexualidade humana entra no âmbito do exercício da cidadania na medida em que encaixa nos direitos básicos à todos, como acesso à

saúde, ao conhecimento, que se tornam elementos fundamentais para que a sociedade forme cidadãos conscientes e responsáveis com seus direitos e deveres.

De acordo com os PCNs (Temas Transversais), a Orientação Sexual é a busca da compreensão da sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte. Está relacionada ao exercício pleno da sexualidade, de forma responsável defendendo que todos tenham direito ao prazer. Englobam as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro e à diversidade de crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática e pluralista. Inclui a importância da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/AIDS e da gravidez indesejada na adolescência, entre outras questões polêmicas. Pretende contribuir para a superação de tabus e preconceitos ainda arraigados no contexto sociocultural brasileiro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do estudo apresentado possibilitou que fosse feita uma análise acerca da história da sexualidade de duas formas predominantes, em seu surgimento constatado nos ambientes escolares, assim como sua influência em jovens e adultos quanto à formação global desse indivíduo.

A pesquisa então permitiu que fossem feitas análises sobre como a sexualidade é vista e vivida perante a sua construção na sociedade, e as diversas formas de abordagem que pode apresentar de acordo com o meio social em que o indivíduo frequente.

É relevante apontar que os PCNs defendem esse ensino integral de seus alunos visando uma inserção social de cunho significativo para exercício pleno da cidadania, considerando a sexualidade algo inerentemente humano.

Destarte, temos a escola enquadrada em uma constante construção, reconsiderando seu papel diante desse tema muitas vezes esquivado por professores consideravelmente despreparados. A escola deve ponderar acerca das consequências de se optar pelo silêncio acerca deste tema polêmico, visto que pode acarretar disfunções pessoais e sociais na vida destes sujeitos.

Temos então um cenário onde as escolas mesmo sabendo das suas obrigações sociais estipuladas por leis acerca da orientação sexual, ainda preferem

agir como se a sexualidade não fizesse parte da sua alçada. Se os professores forem devidamente preparados para a abrangência destes temas transversais, como a orientação sexual, o ganho para a qualificação profissional destes indivíduos seria imensurável, uma vez que teremos uma prática pedagógica docente devidamente apoiada em uma teoria significativa.

Diante disto, vale ressaltar que é necessário que os profissionais da educação estejam dispostos a atuar e com os temas de forma aberta e desconstruída, deixando de lado crenças e tabus que trazem consigo de suas criações, e ajudando a derrubar crenças e tabus que surgiram mediante a abordagem desse assunto em sala de aula.

Ademais conseguinte às constatações, se o processo de orientação sexual for verdadeiramente apoiado pela escola, pelas famílias e trabalhada por professores devidamente treinados, pedagogicamente e psicologicamente preparados, assim a escola estaria garantindo a efetivação do que defendem os PCNs, que é uma formação para a cidadania, resguardando os direitos de seus alunos e formando cidadãos para a vida.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. E.; MAGALHÃES, A. S.; FÉRES-CARNEIRO, T. Transmissão geracional da profissão na família: repetição e diferenciação. **Psico**, Porto Alegre, v. 45, n. 4, p. 454- 462, out./dez. 2014. Disponível em: <<https://psycnet.apa.org/record/2015-00557-003>>. Acesso em: 20 set. 2019.

ALMEIDA, S. A. de et al. **Orientação Sexual nas escolas**: seria possível se não incomodasse?. 2009. 100f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem na Atenção à Saúde) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009. Disponível em: Acesso em 10 set. 2019.

ALTMANN, H. Diversidade sexual e educação: desafios para a formação docente. **Sexualidad, Salud y Sociedad-Revista Latino americana**, rio de Janeiro, n. 13, p. 69-82, abr. 2013. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sexs/n13/n13a04.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2019.

_____. Orientação sexual nos parâmetros curriculares nacionais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 575-585, jul./dez. 2001. Disponível em: <[Lhttp://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2001000200014&script=sci_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2001000200014&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em: 15 set. 2019.

ARAÚJO, K. C. V. **Sexualidade na Internet**: Análise de blogs sobre sexualidade e educação sexual. 153f. 2014. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) -

Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Campus Araraquara/SP. 2014. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/115804>>. Acesso em: 15 set. 2019.

BORGES, R. C. **Pais e mães heterossexuais: relatos acerca da homossexualidade de filhos e filhas**. 2009. 242f. Dissertação (Mestrado em Ciências) - Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2009. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-20052009-135855/publico/RobertaCostaBorges.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2019.

BRAGA, E. R. M. **Sexualidade Infantil**: a importância da formação de professores na questão de gênero. In: CARBELLO, Sandra Regina Cassol; COMAR, Sueli Ribeiro (orgs.). Educação no Século XXI: Múltiplos desafios/ Maringá: Eduem, 2009.

BRANDÃO, Z. A formação dos professores e a questão da educação das crianças das camadas populares. **Cadernos de Pesquisa**, n. 40, p. 54-57, fev. 1982. Disponível em: <<http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/download/1525/1524>>. Acesso em: 10 set. 2019.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1990. Disponível em: <Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em 25 abr. 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Orientações básicas de Atenção Integral à saúde de adolescentes nas escolas e Unidades Básicas de Saúde**. Brasília, DF, 2010.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental, **Parâmetros Curriculares Nacionais**: apresentação dos temas transversais. Brasília, DF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/ttransversais.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2019.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: pluralidade cultural e orientação sexual. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

BRÊTAS, J. R. S. et al. Aspectos da sexualidade na adolescência. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 7, p. 3221-3228, jul. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000800021>. Acesso em: 12 set. 2019.

CAMARGO, A. M. F.; RIBEIRO, C. **Sexualidade (s) e Infância (s)**: A sexualidade como um tema transversal. São Paulo: Editora da Universidade de Campinas, 1999.

CAMPOS H. M.; SCHAMM, V. T.; NOGUEIRA, M. J. Saúde sexual e reprodutiva de adolescentes: interlocuções com a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (PeNSE). **Saúde debate**. v. 37, n. 97, p. 336-346, 2013. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/15235>>. Acesso em: 10 set. 2019.

CARNEIRO, R. F et al. Educação sexual na adolescência: uma abordagem no contexto escolar. **SANARE-Revista de Políticas Públicas**, Sobral, v. 14, n. 1, jan./jun. 2015. Disponível em: <<https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/617>>. Acesso em: 25 set. 2019.

CAVALCANTI, R. C. Educação sexual no Brasil e na América Latina. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v. 4, n. 2, p. 164-173, 1993.

CAVALEIRO, M. C. **Escola e sociedade**: alguns apontamentos para a reflexões. In: FIGUEIRÓ, M. N. D (Org.). Educação sexual: em busca de mudanças. Londrina: EDUEL, 2009. p. 153-170.

CHAUÍ, M. **Repressão sexual**: essa nossa (des) conhecida. São Paulo: Brasiliense, 1987.

COIMBRA, C. C., BOCCO, F., NASCIMENTO, M. L. Subvertendo o conceito de adolescência. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, p. 2-11, jan./jun. 2005. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/arb/v57n1/v57n1a02.pdf>>. Acesso em: 26 set. 2019.

CONCEIÇÃO, I. S. C. Educação sexual. In: VITIELLO, N. et al. **Adolescência hoje**. São Paulo: Roca, 1988. p. 71-76.

COSTA, E. R.; OLIVEIRA, K. E. A sexualidade segundo a teoria psicanalítica freudiana e o papel dos pais neste processo. **Itinerarius Reflectionis**, Jataí, v. 7, n. 1, p. 1-17, 2011. Disponível em: <<https://www.revistas.ufg.br/rir/article/view/20332>>. Acesso em: 20 set. 2019.

COUTINHO, L. G. A adolescência na contemporaneidade: ideal cultural ou sintoma social. **Pulsional Revista de Psicanálise**, São Paulo, v. 17, n. 181, p. 13-19, 2005. Disponível em: <http://www.machadosobrinho.com.br/2011/arquivos/material_dos_professores/LGL_PSIPDAD/Material_didatico/Adolescncianacontemporaneidade.pdf>. Acesso em: 12 set. 2019.

DALEGRAVE, D. **Corporeidade do ser adolescente com câncer na perspectiva da sexualidade**. 2013. 83f. Dissertação (Mestrado em Enfermagem) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, porto alegre, 2013. Disponível em: <<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IscScript=iah/iah.xis&src=google&base=ADOLEC&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=691523&indexSearch=ID>>. Acesso em: 12 set. 2019.

HOLANDA, M. L. et al. O papel do professor na educação sexual de adolescentes. **Cogitare Enfermagem**, Curitiba, v. 15, n. 4, p. 702-708, out./dez. 2010. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/20371/13540>>. Acesso em: 30 set. 2019.

EGYPTO, A. C. **Orientação sexual na escola**: um projeto apaixonante. São Paulo: Cortez, 2003.

EGYPTO, A. C. et al. Papéis sexuais. In: BARROSO, C.; BRUSCHINI, C. **Sexo e juventude**: como discutir a sexualidade em casa e na escola. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1991.

EISENSTEIN, E. **Atraso puberal e desnutrição crônica**. 1999. 186f. Tese de Doutorado - Escola Paulista de Medicina, Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), São Paulo, 1999. Disponível em: <<http://repositorio.unifesp.br/handle/11600/16345>>. Acesso em: 24 set. 2019.

FIGUEIRÓ, M. N. Educação sexual: fundamentos básicos. In: FIGUEIRÓ, M. N. D. (Org.) **Homossexualidade e educação sexual**: construindo o respeito à diversidade. Londrina: EDUEL, 2007. p. 27.

_____. Educação sexual: como ensinar no espaço da escola. **Educação sexual**: múltiplos temas, compromisso comum. Londrina: UEL, 2009. p. 141-172.

_____. **Educação Sexual**: retomando uma proposta, um desafio. 2. ed. Londrina: UEL, 2001a.

FIRMINO, F. H.; PORCHAT, P. Educação sexual de crianças e adolescentes em abrigos: discussões iniciais sobre o lugar do educador nesses espaços. **IV Simpósio Internacional de Educação Sexual: Feminismos**, 2015. Disponível em: <<http://www.sies.uem.br/trabalhos/2015/657.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2019.

FODRA, S. M. Para uma educação inclusiva das minorias sexualmente distintas: a relevância da formação dos professores. **Revista de Estudos Aplicados em Educação**, v. 1, n. 1, p. 107-122, jan./abr. 2016. Disponível em: <https://seer.uscs.edu.br/index.php/revista_estudos_aplicados/article/download/4269/2009>. Acesso em: 20 set. 2019.

FURLANI, J. Encarar o desafio da Educação Sexual na escola. In: Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Departamento de Diversidades. Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual. **Sexualidade**. Curitiba: SEED, PR., 2009. p. 37-48.

FURLANI, J. **Mitos e tabus da sexualidade humana**: subsídios ao trabalho em educação sexual. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

GUBERT, F. A. et. al. Tecnologias educativas no contexto escolar: estratégia de educação em saúde em escola pública de Fortaleza-CE. **Revista Eletrônica de Enfermagem**. Goiânia, v. 11, n. 1, p. 165-172, jan./jun. 2009. Disponível em: <<https://www.fen.ufg.br/revista/v11/n1/pdf/v11n1a21.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2019.

GUIMARÃES, I. **Educação sexual na escola**: mito e realidade. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.

GURGEL, M. G. I. et al. Gravidez na adolescência: tendência na produção científica de enfermagem. **Escola Anna Nery revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 4, p. 799-805, dez. 2008. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452008000400027>. Acesso em: 24 set. 2019.

HERCOWITZ, A. **Gravidez na adolescência**. *Ped Mod*, v. 38, n. 8, p. 392-395, ago. 2002.

KRABBE, E. C. et al. Vacina contra o HPV e a prevenção do câncer do colo do útero: uma necessidade de avanço na prática cotidiana da ciência da saúde. **Revista Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão Cruz Alta**, Cruz Alta, v. 3, n. 1, 2015. Disponível em: <<http://revistaeletronica.unicruz.edu.br/index.php/eletronica/article/view/237-244>>. Acesso em: 15 set. 2019.

KRUG, E. G. et al. (Eds.) **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: Organização Mundial de Saúde, 2002. Disponível em: <<http://portaldeboaspraticas.iff.fiocruz.br/wp-content/uploads/2019/04/14142032-relatorio-mundial-sobre-violencia-e-saude.pdf>>. Acesso em: 25 set. 2019.

LEITE, V. J. **Sexualidade adolescente como direito?** A visão de formuladores de políticas públicas. 2009. Dissertação (Mestrado em Medicina Social) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<https://www.eduerj.com/eng/?product=sexualidade-adolescente-como-direito-a-visao-de-formuladores-de-politicas-publicas>>. Acesso em: 20 set. 2019.

LIRA, A.; JOFILI, Z.. O tema transversal orientação sexual nos PCN e a atitude dos professores: convergentes ou divergentes?. **Ensino, Saude e Ambiente Backup**, v. 3, n. 1, p. 22-41, jan./abr. 2009. Disponível em: <http://periodicos.uff.br/ensinosaudeambiente_backup/article/view/14600>. Acesso em: 12 jun. 2019.

LORENCINE JR. A. Os sentidos da sexualidade: natureza, cultura e educação”. In: AQUINO, Julio Groppa (org.). **Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas**. 3. ed. São Paulo: Summus, 1997, p. 87-95.

LOURO, G. L. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

_____. Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade. **Formação Docente**, Belo Horizonte, v. 3, n. 4, p. 62-70, jan./jul. 2011. Disponível em: <<https://revformacaodocente.com.br/index.php/rbpf/article/download/31/30/>>. Acesso em: 24 set. 2019.

_____. **Um corpo estranho: ensaios sobre a sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

LOYOLA, M. A. Apresentação. In: LOYOLA, M. A. (Org.) **A sexualidade nas ciências humanas**. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

MAISTRO, V. I. A. **Desafios para a elaboração de projetos de educação sexual na escola.** In: FIGUEIRÓ, M. N. D. (Org.). Educação sexual: em busca de mudanças. Londrina: UEL, 2009. p. 35-62.

MEYER, E. E.; KLEIN, C.; ANDRADE, S. S. **Sexualidade, prazeres e vulnerabilidade:** questões para a Educação Escolar. Curitiba: Secretaria de Estado da Educação; Superintendência de Educação; Departamento de Diversidades; Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual, 2009. p. 81 - 89. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982007000200009>. Acesso em: 20 set. 2019.

MULLER, L. **Educação sexual em 8 lições:** como orientar da infância à adolescência: um guia para professores e pais. 2. ed. São Paulo: Academia do Livro, 2013.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). **Carta de Ottawa para la Promoción de la Salud.** Ottawa: OMS, 1986. Disponível em: <<https://www.paho.org/hq/dmdocuments/2013/Carta-de-ottawa-para-la-apromocion-de-la-salud-1986-SP.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2019.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. **Oficina Panamericana de la Salud:** atención del niño con infección respiratoria aguda. Washington: OPS/OMS, 1992. (Série PALTEX para técnicos medios y auxiliares, 21).

PONTES, A. F. **Sexualidade:** vamos conversar sobre isso. 2011. 282f. Dissertação (Mestrado em Ciências de Saúde Mental) Universidade do Porto, Porto, 2011. Disponível em: <<https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/24432/2/Sexualidade%20vamos%20conversar%20sobre%20isso.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2019.

RAPPAPORT, C. **Encarando a adolescência.** São Paulo: Ática, 1995.

REZENDE, R. F. C. et al. **Materiais educativos impressos para adolescentes gestantes com HIV/AIDS:** produção e apropriação de sentidos. 2013. 36 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Informação Científica e Tecnológica em Saúde)-Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/35418>>. Acesso em: 14 ago. 2019.

ROCHA, F. C. V. et al. Conhecimento dos idosos sobre HIV/AIDS. **Revista Interdisciplinar**, v. 6, n. 2, p. 137-143, 2013.

RODRIGUES, I. T.; FONTES, A. Identificação do papel da escola na educação sexual dos jovens. **Investigações em Ensino de Ciências**, v. 21, n. 2, p. 177-188, ago. 2016. Disponível em: <<https://www.if.ufrgs.br/cref/ojs/index.php/ienci/article/download/567/359>>. Acesso em: 20 set. 2019.

ROHDEN, F. Gênero, sexualidade e raça/etnia: desafios transversais na formação do professor. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 136, p. 157-174, jan./abr.

2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742009000100008&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 22 set. 2019.

RONCA, Antonio Carlos Caruso; ESCOBAR, V. F. **Técnicas pedagógicas: domesticação ou desafio à participação?** Petrópolis: Vozes, 1984.

RUFINO, C. B. et al. Educação sexual na prática pedagógica de professores da rede básica de ensino. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, Goiânia, v. 15, n. 4, p. 983-91, dez. 2013. Disponível em: <<https://www.fen.ufg.br/revista/v15/n4/pdf/v15n4a16.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2019.

RUSSO, K.; ARREGUY, M. E.. Projeto "Saúde e Prevenção nas Escolas": percepções de professores e alunos sobre a distribuição de preservativos masculinos no ambiente escolar. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 2, p. 501-523, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73312015000200501&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 15 set. 2019.

SANTOS, L. M. M. (2005). O papel da família e dos pares na escolha profissional. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 1, p. 57-66, jan./abr. 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n1/v10n1a07.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2019.

SCHOEN-FERREIRA, T. H.; AZNAR-FARIAS, M.; DE MATTOS SILVARES, E. F. Adolescência através dos séculos. **Psicologia: teoria e pesquisa**, Brasília, DF, v. 26, n. 2, p. 227-234, abr./jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722010000200004&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 20 set. 2019.

SILVA, T. M. **A Sexualidade do adolescente em questão**. Dissertação. Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, 2002.

SOUSA, L. R. M. et al. Representações sociais do HIV/Aids por idosos e a interface com a prevenção. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, DF, v. 72, n. 5, p. 1129-1136, set. out. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672019000501129&lng=en&nrm=iso/&tlng=pt>. Acesso em: 10 set. 2019.

VIEIRA, S. B. F. et al. **Sexualidade e adolescência: concepções acerca da educação sexual no ambiente escolar**. 2016. Dissertação de Mestrado (Ciências da Educação) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Lisboa, 2016. Disponível em: <<http://recil.ulusofona.pt/handle/10437/7618>>. Acesso em: 14 set. 2019.

WEEKS, J.. **O Corpo e a Sexualidade**. In: LOURO, G. L. **O corpo Educado: pedagogias da sexualidade**. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

WEREBE, M. J. G. Educação sexual: instrumento de democratização ou de mais repressão? **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 36, p. 99-110, fev. 1981.